

Governo assina contratos para iniciar obras da Barragem do Pisão

written by O Cidadão | 10 de Maio, 2025



Os contratos de financiamento e de concessão para a construção das infraestruturas primárias da Barragem do Pisão, no Crato, distrito de Portalegre, e o auto de consignação da obra foram assinados ontem naquela vila alentejana.

Presente na cerimónia, realizada nos Paços do Concelho do Município do Crato, a ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, considerou a assinatura destes documentos como um **“marco histórico”** para o Alto Alentejo.

Também na cerimónia, o ministro adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida – que é também o cabeça de lista da AD – Coligação PSD/CDS no círculo de Portalegre nas legislativas do próximo dia 18 – disse ter chegado ao fim uma série de tarefas intermédias, como pareceres e autorizações, e que a obra avançar: **“Acabou o tempo dos papéis, das burocracias”**.

O presidente da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), Hugo Hilário, entidade responsável pela execução da obra, argumentou ter chegado **“o dia pelo qual todos esperavam”** e alertou que **“o caminho é longo”** e há ainda muitas etapas para ultrapassar.

As organizações não-governamentais do ambiente (ONGA) da Coligação C7 alertaram ontem que vão interpor uma providência cautelar caso avance a construção do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos (EAHFM) do Crato, também conhecido por Barragem do Pisão.

Em declarações à agência Lusa, Hélder Careto, do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), uma das entidades da C7, explicou que a coligação vai avançar com uma providência cautelar para evitar que aconteçam **“prejuízos graves dificilmente reparáveis”** na área de construção da barragem.

“Se as obras iniciarem, nós vamos avançar com uma providência cautelar, uma vez que, com o início da obra, teremos uma situação iminente de acontecerem prejuízos graves dificilmente reparáveis na zona de influência do projeto”, criticou.

Na cerimónia no Crato, a Lusa tentou obter uma reação à posição dos ambientalistas junto dos dois ministros, do presidente da CIMAA e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), mas todos estes responsáveis escusaram-se a comentar.

Também o consórcio que venceu o concurso internacional para executar a obra escusou-se a avançar à Lusa uma data para iniciar a empreitada.

Na sessão de ontem, foi assinado o novo contrato de financiamento, entre a CIMAA e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, que **“formaliza a alteração da fonte de financiamento do projeto”**, que saiu do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e está, agora, a cargo do Orçamento do Estado, com um montante total de 222,2 milhões de euros (mais IVA) e um prazo de execução até 2027.

Outro dos documentos assinados foi o contrato de concessão para a construção das infraestruturas primárias da barragem, entre a CIMAA e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), e, por

último, foi subscrito o auto de consignação da obra com o consórcio FCC Construcción, S.A. e Alberto Couto Alves, S.A., o que “marca oficialmente o início da empreitada”, segundo a comunidade intermunicipal.

No início do ano, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco (TAFCB) anulou a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) integrada no Título Único Ambiental (TUA) do projeto, fruto de uma ação interposta pela Coligação C7.

Em fevereiro, a ministra do Ambiente anunciou que a APA tinha recorrido essa decisão judicial e, já no início deste mês, o ministro Manuel Castro Almeida anunciou a construção da barragem podia avançar.

Contactado também na altura pela Lusa, José Janela, do núcleo regional de Portalegre da associação ambientalista Quercus, uma das organizações não-governamentais responsáveis pela ação no TAFCB, considerou “*incorretas*” as afirmações do Governo.

“O TAFCB ordenou que o processo fosse para o Tribunal Central Administrativo Sul, para conhecimento dos recursos, mas sem anular a decisão que deu razão às ONGA”, disse.

OC/MP